

Período Chuvoso 2023-2024

Preparação & Resposta

Reunião junto às URS e aos municípios

Coordenação de Vigilância das Populações Expostas a Contaminantes e Desastres Naturais e Tecnológicos Diretoria de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador Subsecretaria de Vigilância em Saúde Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais







Mudanças climáticas e desastres naturais



Contextualização









Desastres geológicos, hidrológicos e meteorológicos

Período Chuvoso: outubro a março.

As pancadas de chuva iniciam na segunda quinzena de setembro, sendo a maior concentração das chuvas entre os meses de novembro a janeiro (INMET, 2017)







Cenários de risco



Contextualização

Ameaça

"qualidade das situações ou eventos físicos, que podem ser gerados pela dinâmica da natureza (hidrológicos, geológicos, climatológicos e meteorológicos) e/ou da sociedade (degradação ambiental, ameaças tecnológicas como acidentes químicos e radionucleares)". (FREITAS, 2018)



Ameaça dos desastres do período chuvoso: chuvas intensas

Vulnerabilidade

está relacionada às particularidades de processos como sociais, econômicos, biológicos, ambientais, que podem influenciar tanto na condição de vida como na capacidade de resposta do setor saúde. É a exposição socioeconômica ou ambiental de cenário sujeito à ameaça.



Vulnerabilidade dos desastres do período chuvoso: construções irregulares em encostas/às margens dos rios.









Cenários de risco



Contextualização

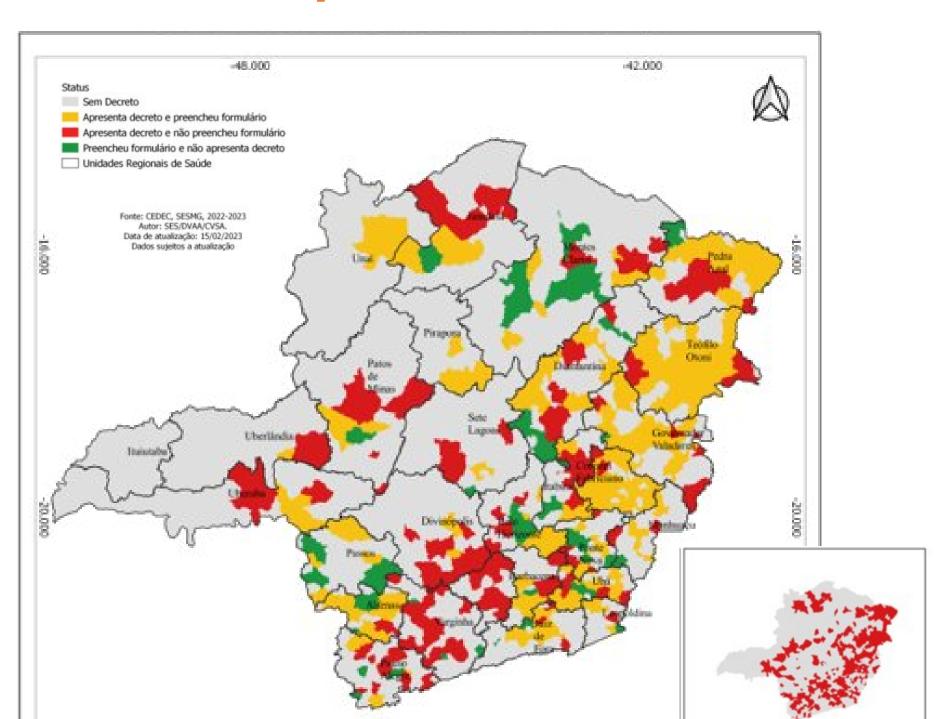


"Os eventos climáticos ou atmosféricos, como **inundações, alagamentos, chuvas de granizo, vendavais, e mesmo os movimentos de massa**, possuem um curso natural. Porém, **a relação entre a sociedade e a natureza** podem tornar esses eventos uma ameaça com sérios perigos associados, culminando em um desastre com consequências graves à saúde e bem-estar da população".

(OPAS, 2015)



Status do período chuvoso 2022-2023, MG



-42.000

Decretos Municipais Homologados

-48.000



Contextualização

- Minas Gerais apresentou 272 municípios (32%) em Situação de Emergência decretados pelo Estado no último período chuvoso;
- Macrorregiões mais atingidas: Sul, Nordeste, Sudeste, Centro, Leste e Vale do Aço.
- URS mais atingidas: Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Ubá

*apresentaram mais de 20 municípios em Situação de Emergência.



Ameaças à saúde humana





Registro de vítimas (<u>feridos e óbitos</u>) de enchentes, desabamentos e soterramentos. Identificação de Unidades de Saúde atingidas.

Ocorrência de <u>doenças transmissíveis</u>, como Hepatite A, Leptospirose e <u>doenças diarreicas</u>, que podem intensificar-se para <u>doenças não</u> <u>transmissíveis</u>, como infecções cutâneas.

Médio prazo

Longo prazo meses e anos

Manifestação de <u>doenças cardiovasculares</u>, <u>transtornos psicossociais e comportamentais</u>, <u>desnutrição</u> e intensificação de <u>doenças</u> <u>crônicas</u>.



Contextualização

Período chuvoso 2022-2023

- > 22 óbitos*
- 60.593 desalojados
- 9.538 desabrigados

*Estas informações se referem a óbitos imediatos, porém há outras causas de óbitos que aumentam em decorrência das chuvas, uma delas é por leptospirose: número de internações é maior no período das chuvas, principalmente nos meses de fevereiro a março.



Ameaças à saúde humana



Contextualização

Hepatites A e E

São doenças infecciosas agudas e não crônicas, transmitidas via fecal-oral, e que possuem grande relação com ambientes com saneamento básico precário e com alimentos e água contaminados.



DTHA

- O aumento das **Doenças de transmissão hídrica e alimentar (DTHA)** e as **doenças diarreicas agudas (DDA)** é percebido no período chuvoso;
- Entre 2015 e 2021, as **internações por DDA** somam um total de 89.356 registros no SUS, segundo o Sistema de Informações Hospitalares (SIH);
- No mesmo período, foram atendidos **2.465.486 casos de DDA na atenção básica e secundária**, segundo o Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica das Doenças Diarreicas Agudas (SIVEP-DDA).
- De janeiro até julho de 2022 foram contabilizadas **4.302 internações por DDA** e **195.827 casos de DDA monitorizados**, e de 2015 a 2022 foram registrados **3.208 óbitos por DDA**.



Ameaças à saúde humana



Contextualização

Arboviroses

Os condicionantes das arboviroses envolvem fatores **socioambientais**, além dos relacionados ao vírus e ao vetor. O aumento populacional nas áreas urbanas, juntamente com condições precárias de habitação em aglomerados subnormais e a falta de acesso a serviços de saneamento, contribuem para a multiplicação e disseminação das doenças. As mudanças climáticas também desempenham um papel importante, apresentando riscos ambientais que afetam a saúde humana e a infraestrutura pública. Esses impactos podem persistir mesmo após o término dos eventos climáticos, afetando áreas geograficamente distantes (TAUIL, 2022; SENA; CORVALÁN, 2022).



Períodos chuvosos

- 2015-2022: 27.212 internações.
- 2015-2022: 667 óbitos (20% dos óbitos por doenças típicas do período chuvoso).
- 2022-2023: 1.643 casos confirmados e 2 óbitos confirmados.

*Dengue, Chikungunya e Zika são transmitidas pela picada do mosquito do gênero Aedes. Nos meses do período chuvoso, tem-se uma maior disponibilidade de potenciais criadouros do mosquito (vetor transmissor), uma vez que, o Aedes nasce e se desenvolve em água parada, sendo pequenas poças de água suficiente para sua procriação.





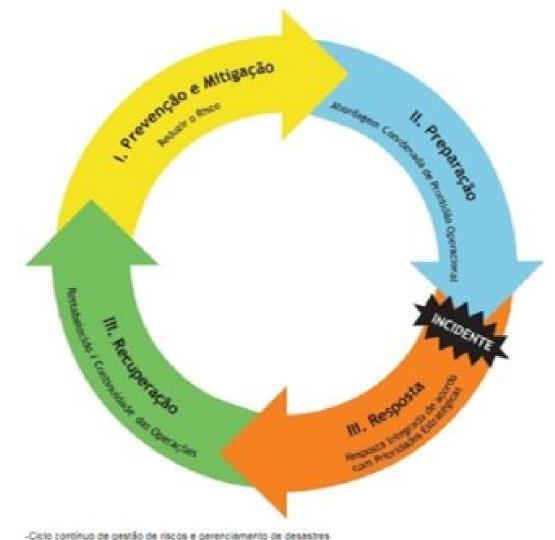


Vigilância em Saúde Ambiental dos riscos associados aos desastres



Papel do Vigidesastres

- Visa reduzir os impactos dos desastres sobre a saúde pública;
- No SUS, o Vigidesastres estabelece estratégias para a atuação ocorrências, considerando seu nestas processo planejamento, prevenção, mitigação, preparação, resposta e reabilitação.
- É indispensável que cada área saiba os possíveis impactos do período chuvoso;
- Tanto as políticas quanto os recursos e as ações necessárias para redução dos impactos deverão incluir o período imediatamente após o desastre, assim como o período de dias, semanas, meses e anos posteriores ao evento adverso (OPAS, 2015; FREITAS, 2014).







TORNAR REAL O SUS IDEAL

Órgãos do Meio Ambiente;

Vigilância em Saúde Ambiental dos riscos associados aos desastres

Papel do Vigidesastres

Atuação nas situações de desastre:

- 1 Enfoque integral
- 2 Envolvimento de todo o sistema de saúde
- Estabelecimento de um processo de colaboração intersetorial e interinstitucional voltado para redução dos impactos de emergências ou desastres

Interface com os atores:

Defesa Civil;

- Assistência Social;
- Segurança Pública;
- Responsáveis pelos sistemas ou soluções alternativas coletivas de abastecimento de água para consumo humano.













Preparação

Formação do COE- Saúde (Centro de Operação de Emergência em Saúde) que envolva todas as áreas que possuem responsabilidade na resposta aos desastres (Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial e Saúde Mental, entre outras).

Elaborar a Matriz de Cenários e Responsabilidades Institucionais.

Elaborar a Matriz de Cenários e Responsabilidades Institucionais.

Resposta

Município deve responder ao evento adverso com os próprios recursos.

Se o desastre exceder a capacidade de resposta do município, deve-se solicitar apoio dos níveis estaduais e federal, nessa ordem, conforme necessidade. Órgãos e instituições parceiras também poderão ser acionados.

Decretar Situação de Emergência (SE)

Decretar Estado de Calamidade Pública (ECP)

Para saber qual instrumento decretar, é preciso conhecer os critérios necessários...









Matriz de cenários e responsabilidades

- Possibilita a visualização dos cenários, dos órgãos, dos setores envolvidos, das ações a serem desenvolvidas e das atribuições de cada ator envolvido, tanto no setor Saúde, quanto nos demais setores.
- Permite que o COE-Saúde identifique as ações necessárias para a preparação e resposta frente aos desastres.
- Subsidia a elaboração do Plano de Contingência ou do Plano de Preparação e Resposta local.
- Atenção: a SMS deve levar em consideração a legislação que prevê a estrutura e as competências do governo local e nela identificar os atores e suas respectivas atribuições, fazendo relação com as ações necessárias para a preparação e a resposta a um desastre.

CENÁRIO (Tipo de evento ou ameaça/perigo)	SETORES/INSTITUIÇÕES								
	SETOR SAÚDE					OUTROS SETORES			
	Ator 1	Ator 2	Ator 3	Ator 4	Ator 5	Ator 1	Ator 2	Ator 3	Ator 4
AÇÕES									
1. Ação 1	С	R	R	R	Α	R	R	R	A
1.1 Subação 1									
1.2 Subação 2									
2. Ação 2	R	С	R	R	R	Α	R	R	A
2.1 Subação 1									
2.2 Subação 2									

runçao:

- C = Coordenação (Instituição ou ator com atribuição legal para coordenar a sua realização).
- R = Responsável (Instituição ou ator com alguma responsabilidade na sua realização).
- A = Apolo (Instituição ou ator que pode apoiar a realização da ação).











Níveis de intensidade dos desastres



Desastres de pequena intensidade

Há somente danos humanos consideráveis;

A situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com aporte de recursos estaduais e federais.



Desastres de média intensidade

Os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais;

A situação de normalidade pode ser estabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com aporte de recursos estaduais e federais.



Desastres de grande intensidade

Os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais;

O estabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e ação coordenada das três esferas da atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e, em alguns casos, de ajuda internacional.





Situação de Emergência (SE): Desastres níveis I e II

Abrangem danos e prejuízos que implicam no comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido: Estado ou município.

Estado de Calamidade Pública (ECP): Desastres Nível III

Têm como resultado o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido.









Fluxo para decretação de SE ou ECP

O requerimento deve conter:

- As **razões** pelas quais a autoridade do poder executivo municipal ou estadual deseja o reconhecimento;
- ✓ Necessidade comprovada de auxílio federal complementar, data e tipo de desastre;
- ✓ Especificação dos benefícios federais a serem pleiteados para atendimento às vítimas de desastres, conforme disposto em legislação;
- ✓ Contemplação da **fundamentação legal** e estar acompanhado dos seguintes documentos.

O reconhecimento federal se dará por meio de portaria, mediante requerimento do Chefe do Poder Executivo do Município, do Estado ou do Distrito Federal afetado pelo desastre.





Fluxo para decretação de SE ou ECP

Documentos necessários

- Decreto da SE ou ECP do ente federado solicitante (original ou cópia autenticada ou carimbo e assinatura de confere com original);
- Formulário de Informações do Desastre FIDE, conforme o estabelecido no anexo I desta Instrução Normativa;
- Declaração Municipal de Atuação Emergencial DMATE e/ou Declaração Estadual de Atuação Emergencial DEATE, conforme o estabelecido nos anexos II e III desta Instrução Normativa, demonstrando as medidas e ações em curso, capacidade de atuação e recursos humanos, materiais, institucionais e financeiros empregados pelo ente federado afetado para o restabelecimento da normalidade;

- Parecer Técnico do Órgão Municipal ou do Distrito Federal e, quando solicitado, do Órgão Estadual de Proteção e Defesa Civil;
- Relatório Fotográfico, conforme o estabelecido no anexo IV desta Instrução Normativa, contendo fotos datadas, legendadas, com boa resolução, preferencialmente georreferenciadas e que, obrigatoriamente, demonstrem a relação direta com os prejuízos econômicos e, quando possível, com os danos declarados;
- Outros documentos e registros que comprovem as informações declaradas e auxiliem na análise do reconhecimento federal.





Importância da preparação e resposta

Detalhamento da atuação de cada área





Nível municipal, estadual e federal



Preparação

Dentro do ciclo de gestão em proteção e defesa civil, a preparação **faz parte do conjunto de ações da gestão do risco de desastres**.

Fundamental para organizar as ações e as atividades a serem devolvidas no território e para garantir uma articulação eficiente entre os municípios e o Estado, entendendo as necessidades locais para garantir um apoio adequado e a redução dos danos.



Resposta

Normalmente é estabelecida em situações caóticas e de extrema complexidade e **busca de imediato a minimização dos impactos** de forma a evitar o aumento do números de óbitos e feridos e a contenção do objeto do desastre para que não seja um novo risco.

Em segunda instância, a resposta **tem o papel de atender às necessidades dos impactados**, por meio, principalmente, do poder público, ao suprir a falta de moradia, água, alimentos e medicamentos, por exemplo.



Atenção básica



- Definir profissional para ser o ponto focal para alinhamentos/orientações e divulgação das ações atinentes ao período chuvoso.
- Verificar a existência de práticas integrativas e complementares existentes no município.
- Avaliar e conhecer os recursos disponíveis no setor saúde (estrutura física, recursos humanos, equipamentos, suprimentos - medicamentos, veículos - ambulâncias e outros) para suporte a população a ser atingida;
- Identificar as Unidades de Saúde de Atenção Primária à Saúde, que seriam afetadas pelas chuvas excessivas e as que poderiam dar suporte às populações atingidas, considerando as áreas de risco.

- Identificar e planejar quais as categorias profissionais que poderão atuar diante da emergência/urgência;
- Manter atualizado o cadastro da população do município, possibilitando a identificação dos grupos vulneráveis (acamados, gestantes, idosos, crianças, deficientes físicos, portadores de sofrimento mental);
- Identificar, mapear o território e cadastrar a população das comunidades assentamentos/acampamentos da reforma agrária, população rural, indígena, privada de liberdade no sistema prisional e socioeducativo, quilombolas, demais comunidades tradicionais ciganos localizadas no município;







Atenção básica

Preparação

- Qualificar os profissionais de saúde para utilização de protocolos (Hantaviroses, Arboviroses, manejo de animais peçonhentos, dentre outros), sistemas de acompanhamento e controle de doenças;
- 9 Realizar a busca ativa da população não imunizada e vaciná-la;





- Avaliar capacidade de atendimento local disponível e avaliar a situação de saúde da população em conjunto com a Vigilância em Saúde (notificações);
- 2 Utilizar de protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças;
- Realizar ações de promoção à saúde e prevenção de agravos (Orientar a população sobre os cuidados para prevenção de acidentes com animais peçonhentos e tétano acidental, sobre os cuidados com relação ao uso da água e alimentos, visando a redução do risco de transmissão de doenças dentre outros);





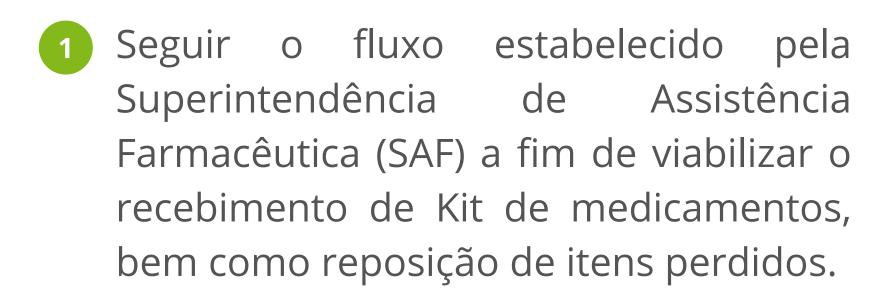


Atenção básica

- Realizar ações de educação em saúde (manuseio e armazenamento adequado de água para consumo humano, limpeza e desinfecção de reservatórios e tratamento intradomiciliar, dentre outros);
- Manter o acompanhamento previsto nos protocolos dos portadores de condições clínicas de risco, gestantes, puérperas, crianças menores de um ano, usuários em acompanhamento na Saúde Mental devido à maior possibilidade de agravo das condições de saúde que possam apresentar. Aplicar protocolos de triagem e priorização dos atendimentos;
- Instituir uma rede de comunicação à população e profissionais de saúde envolvidos (publicização de protocolos, diretrizes, fluxos de atendimento, informações gerais dentre outros).



Assistência farmacêutica











Assistência farmacêutica



- O Ministério da Saúde (MS) não aconselha o recebimento de doações de medicamentos em situações de emergência, em razão dos riscos que isso pode causar para uma população já exposta a múltiplos riscos. Em caso de necessidade de assistência farmacêutica às pessoas desabrigadas e desalojadas em decorrência de desastres, o MS disponibiliza um kit de medicamentos;
- 2 Avaliação de perda de insumos e imunobiológicos;
- Atender as necessidades do município devido à perda de medicamentos ou necessidade assistencial. A legislação brasileira prevê a possibilidade de dispensa de licitação em situações "emergenciais ou calamitosas" (Lei n° 8.666/93 art. 24);
- Assegurar as condições de armazenamento preconizadas na legislação sanitária em situações de desastres visando à conservação e à garantia de qualidade. Da mesma forma, com relação à utilização, deve-se tomar os cuidados necessários para se assegurar o uso racional de medicamentos.



TORNAR REAL O SUS IDEAL SES

Urgência e Emergência

- Fazer o levantamento das bases do SAMU 192 mais próximas do território para prestar atendimento pré-hospitalar imediato ou posterior (número de base de suporte básico (USB) e de suporte avançado (USA) da região);
- Fazer o levantamento das unidades de Corpos de Bombeiros próximas do território para prestar atendimento pré-hospitalar e salvamento de vítimas de desabamento, soterrada ou ilhada; Fazer uma lista com possíveis pontos de apoio que servirão de referência para definição da alocação das ambulâncias SAMU 192 e seus remanejamentos;
- 3 Apontar a população estimada para atendimento;
- Verificar se será necessário o acionamento do Suporte Aéreo Avançado de Vida (SAAV) pelos órgãos responsáveis em caso de desastre;







TORNAR REAL O SUS IDEAL

Urgência e Emergência

- Listar os Estabelecimentos de Saúde que prestam atendimento de Urgência e Emergência da microrregião de saúde que atendem aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Listar os Estabelecimentos de Saúde que prestam atendimento de Urgência e Emergência do município que atendem aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Verificar o número total de leitos por especialidade disponibilizados no município aos usuários do SUS e demonstrar também como estes leitos estão distribuídos;
- 8 Verificar o número de total de unidades de terapia intensiva do município;
- Verificar a necessidade de insumos e equipamentos necessários para a assistência aos usuários SUS.









Urgência e Emergência

- Salvamento às vítimas ilhadas e soterradas e encaminhamento às unidades de saúde conforme necessidade;
- 2 Avaliar agravamento da situação e necessidade de hospitalização para assistência pertinentes ao quadro;
- Importante: manter os protocolos assistenciais e diretrizes atualizados e disponíveis para todos os profissionais;
- 4 Identificar a necessidade da presença de equipes da Força Nacional;
- Monitorar o fornecimento de energia e água para o funcionamento das unidades de saúde e comunicar ao COE-Saúde, caso seja necessário articulação intersetorial.





Saúde mental

- 1 Verificar o perfil psicológico da população;
- 2 Mapear a Rede de Atenção Psicossocial disponível, bem como um conhecimento sobre as condições de saúde mental da comunidade;
- Preenchimento do Formulário de Atendimento e Saúde Mental em Evento de Urgência;
- 4 Avaliar as principais demandas referentes à atenção psicossocial da população atingida;
- Realizar articulação das ações da Rede de Atenção à Saúde, entre os diversos pontos destacando a Atenção Primária à Saúde, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e leitos de saúde mental em hospital geral;





Saúde mental

- Identificar e fomentar ações de Promoção à Saúde, especialmente o desenvolvimento de Práticas Integrativas e Complementares;
- Identificar se houve comprometimento de algum serviço da Rede de Atenção Psicossocial e criar estratégias para a oferta de cuidado em outro espaço;
- Identificar e realizar ações de acompanhamento e monitoramento dos pacientes em tratamento, caso haja impactos na estrutura e funcionamento do serviço;
- Planejamento de ações para garantir o acesso a medicamentos aos pacientes com transtorno mental que fazem acompanhamento nos serviços;
- Programação de atividades de inserção social e realização de oficinas para os pacientes com transtorno mental e/ou necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas em espaços dos territórios que não tenha sido atingido.





TORNAR REAL O SUS IDEAL

Saúde mental

- 1 Notificação dos casos de violência interpessoal/autoprovocada
- 2 Identificação de alteração no perfil psicológico da população;
- Acompanhamento psicossocial das famílias atingidas, com enfoque nas que possuem familiares desaparecidos ou mortos;
- 4 Acompanhamento individuais (manejo dos efeitos psicossociais);
- Integração com as equipes de Atenção Básica;
- Mapeamento e organização de diferentes parceiros da rede e levantamento inicial de recursos humanos materiais e financeiros a serem disponibilizados;
- Discussão de casos entre os diversos atores de saúde mental e da assistência social, trabalhando para acolher a população atingida na perspectiva biopsicossocial.

TORNAR REAL O SUS IDEAL

Vigilância em Saúde

- 1 Realizar o diagnóstico do perfil epidemiológico da população local;
- 2 Identificar e mapear as áreas sujeitas a alagamento, enxurradas, enchentes e deslizamentos de terra no Município;
- 3 Verificar série histórica de eventos relacionados às chuvas no município e características desses eventos;
- 4 Verificar unidades de saúde que estão localizadas em área de alagamento;
- Identificar as vulnerabilidades dos estabelecimentos de saúde e de saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem) considerando o histórico anterior de desastres;
- 6 Identificar e mapear fontes alternativas de abastecimento de água para consumo humano;









Vigilância em Saúde

- Manter atualizado o cadastro da população do município através das Unidades Básicas de Saúde e da Estratégia de Saúde da Família, possibilitando a identificação dos grupos vulneráveis (acamados, gestantes, idosos, crianças, deficientes físicos, portadores de sofrimento mental);
- B Levantar dados sobre a população vulnerável localizada na área sujeita a alagamentos ou que possivelmente podem ficar isoladas (incluindo a identificação de vulnerabilidades sociais, tais como portadores de necessidades especiais, pessoas com dificuldade de locomoção, idosos, crianças, gestantes, dentre outras);
- Identificar, mapear o território e cadastrar a população das comunidades de assentamentos/acampamentos da reforma agrária, população rural, indígena, privada de liberdade no sistema prisional e socioeducativo, quilombolas, ciganos e demais comunidades tradicionais localizadas no município.



Vigilância em Saúde



- Definir estratégia de comunicação (intra e intersetorial);
- Notificar o desastre para notifica.se@saude.gov.br;
- Realizar avaliação complementar dos danos e impactos à saúde (infraestrutura, doenças e agravos);
- Repassar os dados obtidos nas avaliações de danos às demais áreas componentes do COE Saúde para subsidiar a tomada de decisão;

- Manter atualizado os sistemas de informação (SIH, Sinan, Sinasc, SIM);
- Realizar ações voltadas para a proteção da saúde dos trabalhadores expostos a riscos decorrentes do desastre, assim como dos trabalhadores envolvidos nas respostas à emergência;
- Identificar onde foi instituído abrigo.
 Orientar e executar estratégia de atendimento nos abrigos;



Vigilância em Saúde



- Gerenciar a redução de riscos nos abrigos controle higiênico-sanitário dos alimentos, água para consumo humano (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física;
- Inspecionar a cozinha e as condições de armazenamento e preparação dos alimentos nos abrigos;
- Realizar inspeção sanitária dos sistemas e soluções alternativas, coletivas e individuais, de abastecimento de água para consumo humano;

- Intensificar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, especialmente no caso de necessidade de suprimento externos de água ou soluções alternativas de abastecimento (Ex: carro-pipa);
- Distribuir hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento intradomiciliar;
- Elaborar um plano emergencial para monitoramento da qualidade da água no período da situação de emergência;



Vigilância em Saúde



- Atuar em conjunto com a Vigilância Epidemiológica e Atenção Básica para detecção de agravos nutricionais na população afetada;
- Elaborar informe técnico periódico situacional (diário, dependendo da dimensão do evento, pode-se reduzir ou ampliar a periodicidade de divulgação);
- Estabelecer fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento;

- Avaliar os dados epidemiológicos das doenças de transmissão hídrica em conjunto com os dados de qualidade da água para consumo humano;
- Identificar junto a Vigilância Sanitária locais que servirão de abrigo, com um número maior para a questão do distanciamento devido a pandemia da COVID-19.



Próximos passos

TORNAR REAL O SUS IDEAL

Indicação de Pontos Focais de cada área

- Nível central áreas já comunicadas por e-mail e que estão nesta reunião;
- Nível regional áreas já comunicadas por e-mail e que estão nesta reunião;

Criação de grupo de Whatsapp com os pontos focais (considerando a ausência de Teams nas URS)

- Comunicação diária dos Boletins elaborados pela Defesa Civil;
- Comunicação diária das Previsões Meteorológicas elaboradas pelo IGAM;
- Comunicação para reuniões rotineiras do período chuvoso quinzenalmente;

Sugestões:

- Estabelecimento de articulação e atuação contínua das áreas da URS: Vigilância em Saúde, Vigilância Epidemiológica, Vigilância em Saúde Ambiental, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Redes e Assistência à Saúde, Núcleo de Atenção Primária da Saúde, Assistência Farmacêutica e Regulação.
 - Proposta: grupo de Whatsapp, comunicação das intercorrência na sua URS e reuniões periódicas;
 - Compartilhamento das informações mapeadas na Base de Dados e da Defesa Civil;
 - Estabelecimento de fluxo interno para comunicação com as áreas da URS e com os municípios do território.
- Comunicação junto aos municípios de sua URS para preparação compartilhar a apresentação de hoje gravada.









Próximos passos: termos práticos



FORMULÁRIO

Planilha automatizada

Acesso direto ao banco, com recorte por URS

Acesso direto ao banco com todos os dados



PERÍODO CHUVOSO FLUXOS DE NOTIFICAÇÃO E INFORMAÇÃO ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 09 DE NOVEMBRO DE 2023

Este documento foi elaborado pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde de Minas Gerais para orientar e organizar os fluxos de notificação, informação e monitoramento das emergências decorrentes do período chuvoso 2023/2024 nos municípios do estado Minas Gerais.

ÍNDICE

PÁGINA 2 FLUXO DE NOTIFICAÇÃO DA EMERGÊNCIA

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PÁGINA 3

FLUXO INTERNO DE INFORMAÇÕES PÁGINA 4

ACIONAMENTO ÁREAS TÉCNICAS PÁGINA 5

Situação de emergência ou catástrofe secundária às chuvas

Notificação Imediata à Vigilância em Saúde Municipal e à Secretaria Estadual de Saúde /CIEVS Minas

MEIOS DE CONTATO



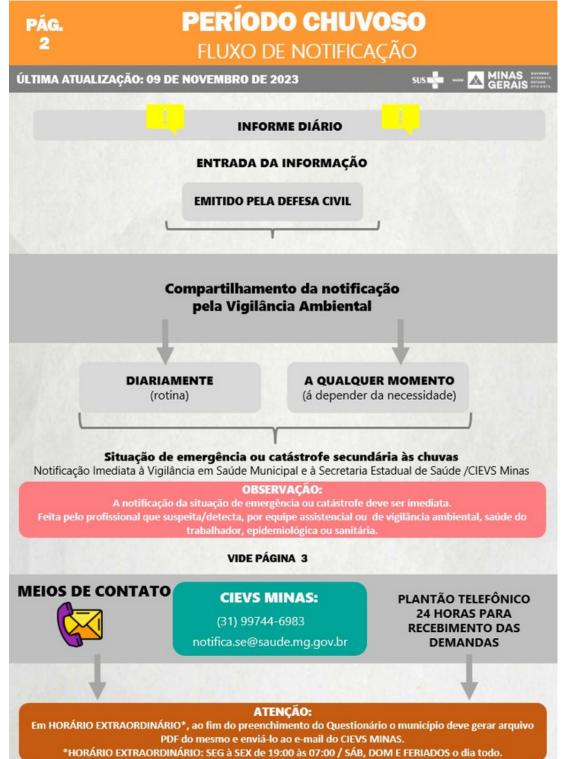
CIEVS MINAS:

(31) 99744-6983 notifica.se@saude.mg.gov.br PLANTÃO TELEFÔNICO 24 HORAS PARA **RECEBIMENTO DAS** DEMANDAS

TORNAR REAL O SUS IDEAL













PÁG.

PERÍODO CHUVOSO

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 09 DE NOVEMBRO DE 2023



Situação de emergência ou catástrofe secundária às chuvas

Notificação Imediata à Vigilância em Saúde Municipal e à Secretaria Estadual de Saúde /CIEVS Minas

MEIOS DE CONTATO

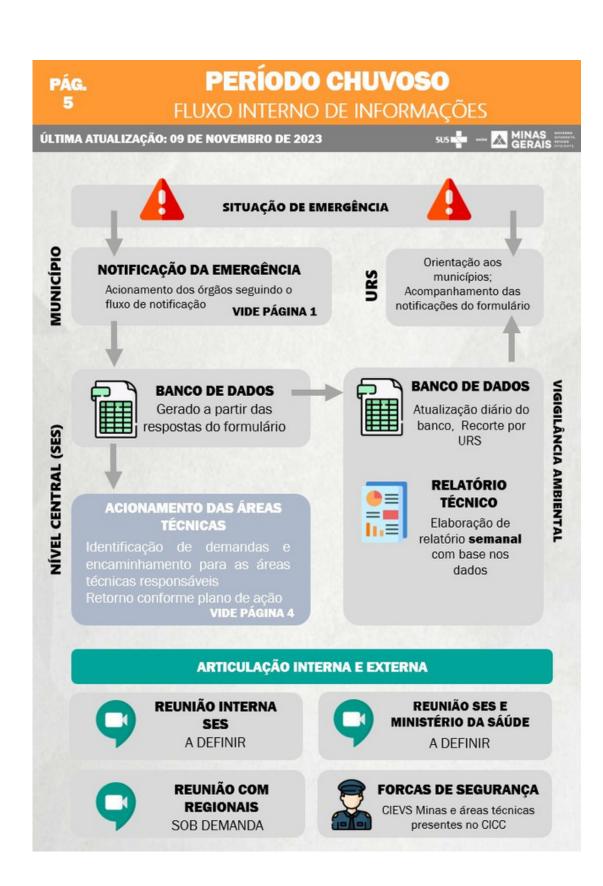
CIEVS MINAS:

(31) 99744-6983 notifica.se@saude.mg.gov.br

PLANTÃO TELEFÔNICO 24 HORAS PARA RECEBIMENTO DAS DEMANDAS

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES:

- Contato do ponto focal local
- Foi instituído SCO no município? Saúde participa?
- Há feridos? Quantos? Qual a gravidade?
- Há desalojados (pessoas que deixaram suas residências e foram alojadas em casa de parentes/amigos)? Quantos?
- Há desabrigados (pessoas que foram alojadas em abrigos públicos)? Quantos?
- Abrigo temporário instalado? Onde?
- Foi realizada inspeção nos abrigos provisórios?
- Há vias de acesso interrompidas, o que pode comprometer o atendimento pelo setor Saúde?
- Houve interrupção dos serviços de energia elétrica e/ou telecomunicações; entre outras necessidades que em saúde que venham a ser identificadas
- Houve interrupção do abastecimento público de água?
- Estão sendo utilizadas Soluções Alternativas para o abastecimento?
- As formas de abastecimento foram inspecionadas?
- Há necessidade de envio adicional do insumo estratégico para desinfecção caseira da água (hipoclorito de sódio a 2,5%)?
- Houve comprometimento de Unidades de Saúde? em caso positivo verificar se há necessidades
- Realizada avaliação da manutenção da rede de frio?
- Realizado levantamento de demandas de assistência médica?
- Realizado levantamento de demandas de medicamentos ?
- Avaliada necessidade de kits de calamidade?
- Ações realizadas para proteção da saúde dos trabalhadores expostos a riscos decorrentes do
- Realizado controle de doenças crônicas?
- Existem outras ações desenvolvidas ou que carecem de apoio ? Descrever quaisquer outras ações, que foram desenvolvidas, ou que carecem de algum suporte?











EU CONTRIBUO PARA

TORNAR REAL OSUS DEAL

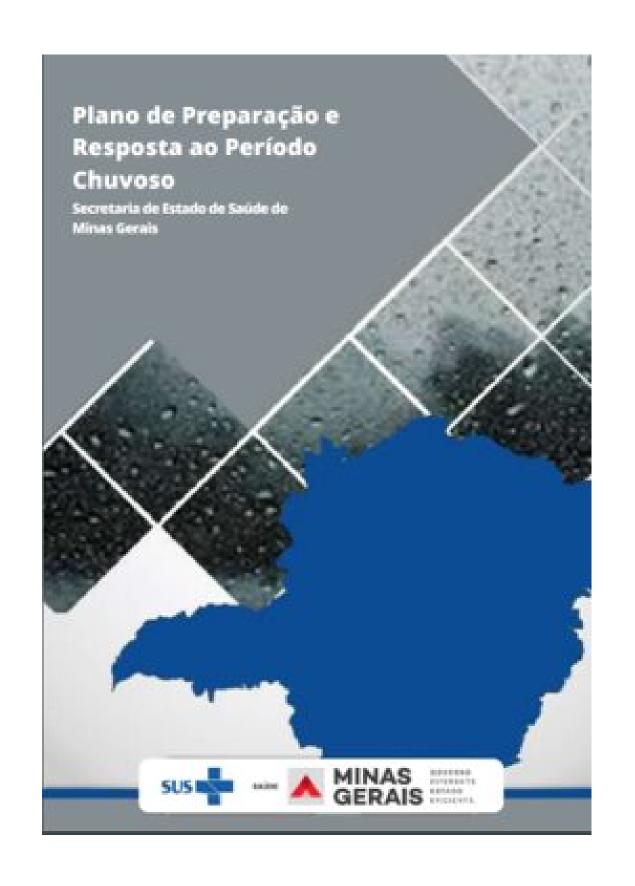
OBRIGADA!

Coordenação de Vigilância das Populações Expostas a Contaminantes e Desastres Naturais e Tecnológicos

Diretoria de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DVAST/SVE/SUBVS)

se.gva@saude.mg.gov.br





Período Chuvoso 2023-2024

Atuação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

Coordenação de Recuperação em Saúde Ambiental e Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano Diretoria de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador Subsecretaria de Vigilância em Saúde Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais







O Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano





Objetivo Geral: Promover a saúde e prevenir agravos e doenças de transmissão hídrica, por meio de ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano.

Campo de atuação: Todas as formas de abastecimento de água coletivas e individuais, em áreas urbanas e rurais, de gestão pública ou privada, incluindo as instalações intradomiciliares e carro pipa.













O Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano



Principais instrumentos do Programa:

Anexo XX da PRC nº 5 de 2017alterado pela Portaria GM/MS nº888/2021 Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

Diretriz para atuação em Situações de Surto de Doenças e Agravos de Veiculação Hídrica Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua)

Decreto 5.440/2005







Em situações após uma inundação, os sistemas de abastecimento de água e as demais formas de abastecimento, podem ser comprometidas.

Diante deste cenário, a Portaria GM/MS n° 888, de 04 de maio de 2021 <u>em seu artigo 13, estabelece como competência da secretaria municipal de saúde:</u>

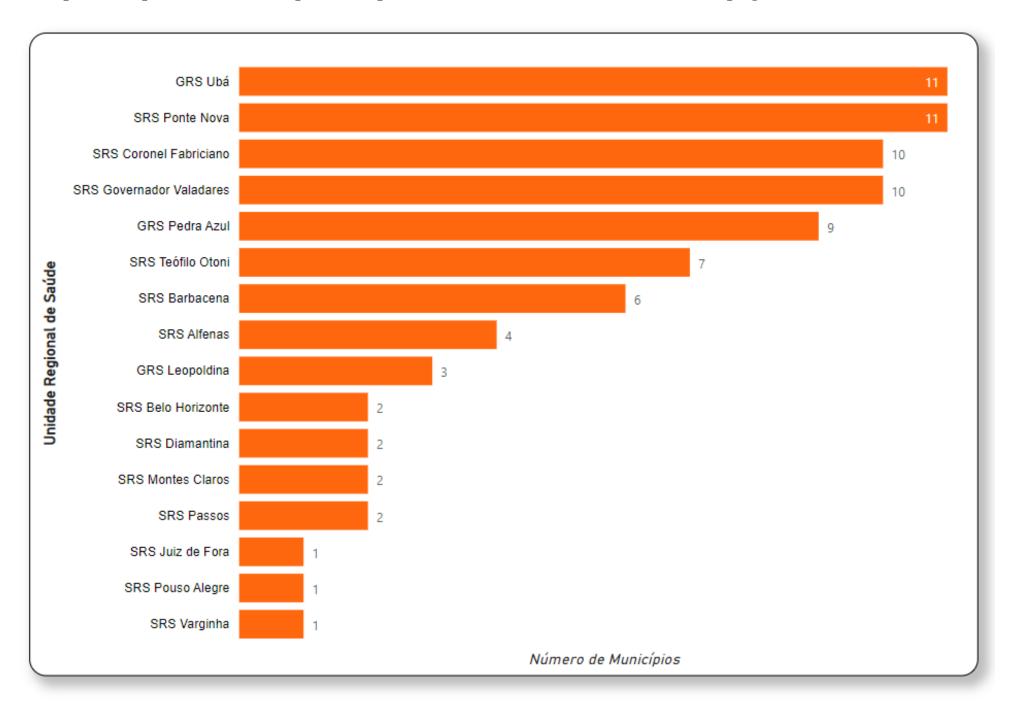
XII - intensificar as ações do Programa Vigiagua quando ocorrerem eventos de massa, situações de risco a saúde ou eventos de saúde pública relacionados ao abastecimento de água para consumo humano



Informações período chuvoso 2022/2023



(>) Quantitativo de municípios por URS que apresentaram interrupção no abastecimento de água:

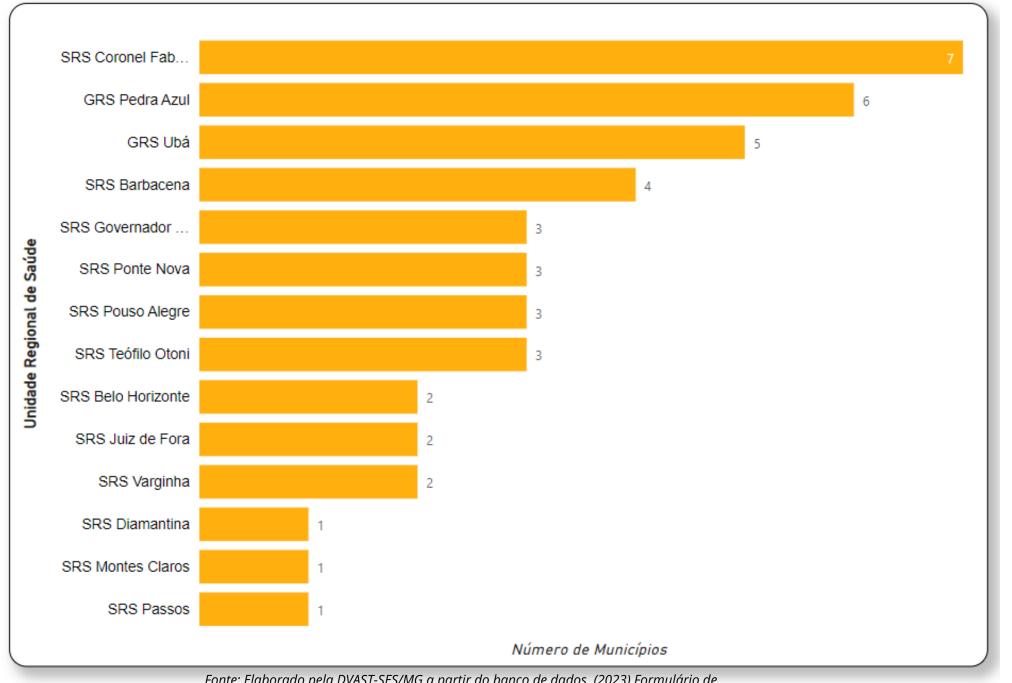




Informações período chuvoso 2022/2023



Ouantitativo de municípios por URS que informaram a utilização de solução Alternativa Coletiva:







O Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

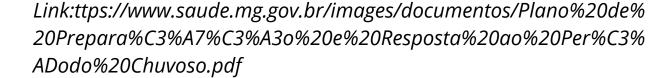


E como o Vigiagua pode atuar em emergências e desastres ocasionados pelos processos hidrológicos relacionados ao período chuvoso?





- O Plano de Preparação e Resposta ao Período Chuvoso, traz dois Eixos de Atuação contendo quais as ações que deverão ser adotadas pelas autoridades de saúde pública visando uma atuação preventiva e reparatória.
- A Nota Técnica nº 26/SES/SUBVS-SVS-DVAA-CVSA/2022- Período Chuvoso possui como objetivo orientar as ações do VIGIAGUA durante a situação do período chuvoso.







Atentando sempre para o papel do Vigiagua de garantir o acesso à água com qualidade e segurança para consumo humano e, assim, reduzir e prevenir doenças e agravos de veiculação hídrica.

Eixo Preparação: A preparação visa obter a redução de danos e prejuízos decorrentes dos desastres



Exemplo: Cadastrar as formas de abastecimento do território; estabelecer um canal de comunicação contínuo com o prestador de serviço de abastecimento do território

Eixo Resposta: abrange as medidas emergenciais, realizadas durante ou após o desastre, com o intuito de prestar assistência à população, além de promover a reabilitação de cenários impactados pelos desastres



Exemplo: Realizar o levantamento da quantidade de formas de abastecimento que foram afetadas pelo desastre e que serão priorizados para execução das ações de vigilância em saúde ambiental; acionar o prestador de serviço de abstecimento afetado para obter informações sobre as condições operacionais do sistema









Ações diante das emergências do período chuvoso que comprometam o fornecimento de água para consumo humano



Identificação das formas de abastecimento

- Realizar o levantamento da quantidade de formas de abastecimento que foram afetadas pelo desastre e que serão priorizados para execução das ações de vigilância em saúde ambiental
- Consultar o SISAGUA para verificar os pontos vulneráveis em relação à qualidade da água para consumo humano
- Avaliar os possíveis danos nos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Soluções Alternativas Coletivas (SAC) e Soluções Alternativas Individuais (SAI)







Identificação das formas de abastecimento



- Realizar em conjunto com os responsáveis pelas formas de abastecimento a avaliação do uso e ocupação da bacia contribuinte ao manancial
- Acionar o(s) responsável(eis) pelo(s) SAA(s) ou SAC(s) para obter informações sobre as condições operacionais da prestação do serviço de abastecimento de água para consumo humano
- Solicitar ao prestador um Plano de Ação e acompanhar as medidas de controle propostas para assegurar à população uma água com qualidade
- Verificar as condições higiênico-sanitárias do carro-pipa, a procedência da água transportada e o cumprimento de todas as exigências para o transporte seguro da água que será fornecida para consumo humano





Ações diante das emergências do período chuvoso que comprometam o fornecimento de água para consumo humano

Monitoramento da qualidade da água para consumo humano

- Solicitar em tempo oportuno os relatórios de controle de qualidade das formas de abastecimento impactadas e que estão em processo de retomada do abastecimento, com fins de avaliar a qualidade da água fornecida.
- Ampliar o <u>Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano</u> e realizar o acionamento do prestador para ampliação do plano do Controle.







Ações diante das emergências do período chuvoso que comprometam o fornecimento de água para consumo humano

Monitoramento da qualidade da água para consumo humano

- Identificar, avaliar e gerenciar o risco à saúde das condições sanitárias das soluções alternativas de abastecimento de água utilizadas durante a emergência.
- Intensificar as ações de monitoramento dos dados de controle e vigilância a fim de verificar a situação de saúde relacionada ao abastecimento de água para consumo humano no município.
- Realizar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, priorizando os locais mais vulneráveis.





Ações do Vigiagua diante das emergências do período chuvoso que comprometam o fornecimento de água para consumo humano

Monitoramento da qualidade da água para consumo humano

- 6 Realizar/intensificar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano nos abrigos.
- Verificar a disponibilidade de acesso aos laboratórios para realizar análises das amostras de água.
- Apoiar ações de educação em saúde quanto ao manuseio e armazenamento adequado de água, limpeza e desinfecção de reservatórios.
- Verificar a necessidade de distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para tratamento intradomiciliar da água para consumo humano.





Ações diante das emergências do período chuvoso que comprometam o fornecimento de água para consumo humano

Divulgação de material educativo (cartilhas, folders e demais informações)



Cartilha para Promoção e Proteção da Saúde 🔆





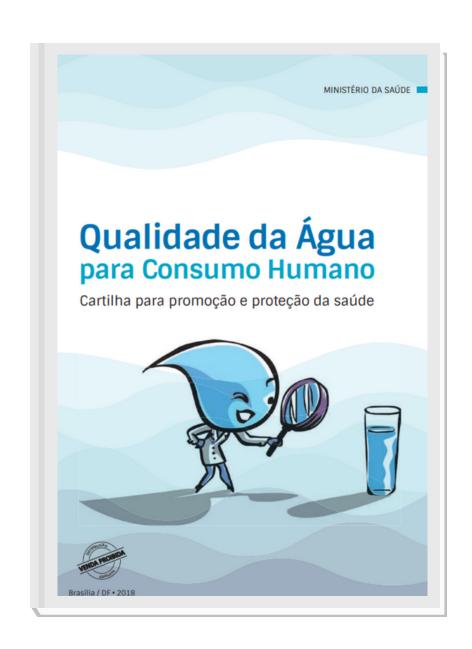






Divulgação de material educativo (cartilhas, folders e demais informações)

Procedimentos de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água potável





Cuidados básicos com carro-pipa





Divulgação de material educativo (cartilhas, folders e demais informações)

Tratamento Intradomiciliar da Água para Consumo Humano

1 - FILTRAR E ADICIONAR HIPOCLORITO DE SÓDIO Filtrar ou coar a água, Após a filtração, adicionar com filtro doméstico, coador duas gotas de hipoclorito hora (30 minutos) antes de de papel ou pano limpo. de sódio a 2,5% para consumir a água. cada 1 litro de água. Atenção! A água tratada com hipoclorito de sódio a 2,5% deve ser consumida no mesmo dia. 2 - FILTRAR E FERVER Filtrar ou coar a água, Ferver por cinco minutos. Marcar os cinco com filtro doméstico, coador minutos após o início da fervura. de papel ou pano limpo.

Orientações para Tratamento Intradomiciliar da Água de Consumo Humano em situações de desastres



O Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano







É de extrema importância que os profissionais de Saúde da esfera municipal sejam incentivados à notificar as alterações no comportamento das doenças de veiculação hídrica, assim como o preenchimento do formulário de notificação do período chuvoso.



Formulário de Notificação de Emergências/Catastrofe em Saúde Publica





Área de interesse em atuação pela equipe do VIGIAGUA correspondente ao formulário de notificações

Município afetado Unidade Regional de Saúde Selecione a tipologia da ocorrência Descrição da emergência Descrição da emergência Descrição da emergência Fonte do acionamento Chuvas? (pessoas que necessitam ser alojadas em abrigos públicos) no município em decorrência das chuvas? Em caso afirmativo, quantos? Em caso afirmativo, quantos? Em caso afirmativo, quantos? Tem caso afirmativo, quantos? Em caso afirmativo, quantos? Occupantos abrigos? Em caso afirmativo, quantos abrigos? Em caso afirmativo, quantos abrigos?

	Houve interrupção do abastecimento público de água?	Qual empresa responsável pelo abastecimento público de água? (COPASA, local, descreva)	Estão sendo utilizadas soluções alternativas para o abastecimento de água em decorrência da interrupção causada PELAS CHUVAS?	Em caso afirmativo, descreva quais:	As formas alternativas de abastecimento de água foram inspecionadas?	Em caso afirmativo, qual foi a data da inspeção?	do insumo estrategico nara	Houve serviços de saúde afetados pela interrupção do fornecimento de água?	
--	--	--	---	--	--	---	----------------------------	--	--





Conclusão:



A adoção rápida de medidas adequadas de controle e vigilância da qualidade de água para consumo humano é necessária e indispensável para assegurar à população o acesso a uma água com qualidade e evitar que os munícipios sejam expostos a riscos inerentes a um abastecimento de água com qualidade imprópria para consumo ou também pelo desabastecimento de água e consequente comprometimento de suas necessidades essenciais.



EU CONTRIBUO PARA

TORNAR REAL OSUS DEAL

OBRIGADA!

Coordenação de Recuperação em Saúde Ambiental e Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

Diretoria de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DVAST/SVE/SUBVS)

se.gva@saude.mg.gov.br